



Simulado Especial

# TRF 1

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA JUDICIÁRIA - PÓS-EDITAL

# Simulado

Simulado Especial TRF-1 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária da TRF-1**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/etrRG4fbrStncyrC9>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/GUFr>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

**01.** Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

- a) O céu estava limpo e azul na manhã de primavera.
- b) Atenção! Leia o manual antes de operar a máquina.
- c) Ela gosta de ouvir música enquanto estuda.
- d) O livro que você me emprestou é muito interessante.
- e) O cachorro dormia tranquilamente no sofá.

**02.** Identifique a frase com sentido figurado entre as alternativas abaixo:

- a) Os cientistas, após anos de pesquisa, finalmente revelaram o mistério das escrituras.
- b) As flores do jardim floresceram com um colorido exuberante na primavera.
- c) A política do novo diretor foi um sopro de vida na empresa.
- d) Durante a tempestade, os trovões reverberavam no céu.
- e) O gato dormiu o dia inteiro na cama.

**03.** Assinale a opção em que ocorre paralelismo sintático.

- a) Ela gosta de cantar, de gastronomia e de viajar.
- b) É importante que as pessoas se programem em relação à saúde e financeiramente.
- c) A vida financeira é saudável quando possibilita equilíbrio, segurança e realizar nossos sonhos.
- d) Para o jantar, ele preparou salada, assou um frango e fez uma sobremesa.
- e) A empresa busca melhorar a produtividade, reduzir custos e que os clientes fiquem satisfeitos.

**04.** Uma das leis da textualidade é a coerência; a frase abaixo em que a coerência está presente é:

- a) Passar muito tempo estudando é preguiça.
- b) Nenhum morador morreu em função do desabamento, exceto o morador do andar térreo.
- c) A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
- d) O salário foi pago numa única parcela.
- e) Comprou no mercado a mesma fruta de ontem.

**05.** Assinale a opção em que a inferência é adequada.

- a) João não apareceu na festa / Deve ter viajado para o exterior.
- b) A janela estava aberta quando cheguei / Alguém entrou pela porta.
- c) O chão da cozinha estava molhado / Alguém deve ter derrubado um balde de tinta.
- d) A sala estava iluminada e decorada com balões / Haverá uma reunião de negócios.
- e) Marcos estava tossindo e espirrando muito / Ele deve estar resfriado.

**06.** Assinale a frase abaixo que exemplifica uma interrogação indireta.

- a) Quando ela vai terminar o relatório?
- b) Eles estão planejando viajar no próximo mês.
- c) Gostaria de saber se ele vem à reunião.
- d) Por que eles não responderam ao e-mail?
- e) O projeto foi concluído ontem à noite.

**07.** Assinale a opção que não apresenta uma opinião.

- a) A nova política de reciclagem é a melhor iniciativa que a empresa já teve.
- b) Os alunos estudaram muito para a prova, e todos obtiveram boas notas.
- c) Aquela foi a decisão mais corajosa do presidente.
- d) Acredito que a tecnologia está avançando rápido demais.
- e) Há muita gente atrapalhando a vida do presidente, inclusive o próprio presidente.

**08.** Assinale a opção em que a conjunção "e" mostra valor diferente das demais.

- a) Ela terminou o relatório e enviou para o chefe.
- b) Acordei cedo e fui para a academia.
- c) Ele não estudou para a prova e tirou uma nota baixa.
- d) Fui ao supermercado e comprei frutas frescas.
- e) O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza.

**09.** Essa frase encontra-se em discurso direto; se ela for colocada em discurso indireto, a forma adequada seria:

- a) Ana disse que aquele lugar era maravilhoso, e ela adoraria voltar lá.
- b) Ana diz que este lugar é maravilhoso, e ela adorasse voltar aqui.
- c) Ana falou: "Aquele lugar era maravilhoso, e ela adoraria voltar aqui."
- d) Ana diz que este lugar é maravilhoso, e ela adoraria voltar aqui.
- e) Ana disse que esse lugar era maravilhoso, e ela adoraria voltar ali.

**10.** Todas as frases abaixo mostram uma função da linguagem predominante; a frase em que predomina a função referencial, é:

- a) O relatório apresenta os dados da pesquisa e analisa os resultados obtidos.
- b) Que bela paisagem! Esta é a vista mais incrível que já vi.
- c) Por favor, feche a porta ao sair e apague as luzes.
- d) Amo quando você sorri e me olha com carinho.
- e) Felicidade é algo por que se luta sem saber claramente o que seja.

**11.** Entre as opções a seguir, assinale aquela que mostra o acento grave indicativo da crase num contexto em que seu uso é optativo.

- a) O amanhã será cancelado devido a falta de interesse.
- b) No restaurante, pedimos angu à baiana.
- c) Voltaremos para casa até às 19 horas.
- d) O evento será às 18 horas no auditório principal.
- e) O fumo é prejudicial à saúde.

**12.** Uma das regras do emprego da vírgula é sua utilização para marcar uma oração adverbial antecipada, como na seguinte frase:

- a) Depois de um longo dia de trabalho, Ana chegou à festa.
- b) A Álgebra, importante parte da matemática, teve influência de várias culturas.
- c) Ele não precisa de um psicólogo, mas sim de um psiquiatra.
- d) O carro quebrou na estrada, enquanto voltava para casa.
- e) Se dinheiro não fosse um empecilho, viveria viajando.

**13.** A frase abaixo que está na ordem direta é:

- a) Deixou-o intrigado o livro que estava lendo.
- b) Quando o sol se põe, o mundo se transforma.
- c) Pisado, o menor verme se revira.
- d) O professor explicou a lição com clareza.
- e) Durante a noite, ouvem-se os sons da floresta.

**14.** A frase abaixo em que ocorre ambiguidade é:

- a) João viu o Pedro no parque com binóculos.
- b) As folhas do caderno despencaram.
- c) O cachorro correu atrás do gato no jardim.
- d) O novo computador custou mais caro que o outro.
- e) Ela leu o livro na cama antes de dormir.

- 15.** Entre os fragmentos textuais listados a seguir, assinale aquele que pode ser classificado como descritivo.
- a) O menino correu pelo campo e sentiu a liberdade nos pulmões.
  - b) Nunca levante a mão para uma criança. Você deixa seu abdômen desprotegido.
  - c) A paciência é uma virtude. A maturidade nos faz tolerantes e experientes.
  - d) O garoto era magro e tinha uma vivacidade de rapaz com perfeita saúde.
  - e) Ele chegou atrasado e não conseguiu participar da reunião importante.
- 16.** Todos os textos abaixo mostram um tipo de raciocínio empregado em textos argumentativos. A opção em que o tipo de raciocínio está corretamente identificado é:
- a) “A crise econômica é um problema que preocupa a todos; a Europa tem países com uma alta taxa de inflação, assim como os Estados Unidos” / estratégia de analogia.
  - b) “Afirmamos que a Terra gira ao redor do Sol porque, baseados nas teorias de Copérnico, podemos provar.” / estratégia de exemplificação.
  - c) “O automóvel ecológico Opel Twin reduz o consumo de combustível. O objetivo, em cifras: não consumir mais de 3,5 litros de combustível por cada 100 quilômetros” / estratégia de citação de dados.
  - d) “Da mesma forma que nos aprofundamos em ciências, devíamos aprofundar-nos em humanidades” / estratégia de causa e consequência
  - e) “Choveu muito durante toda a madrugada; as ruas devem estar inundadas” / estratégia de analogia
- 17.** Assinale a opção que mostra uma frase em que o deslocamento de termos modifica o seu sentido original.
- a) Tudo é enigma e problema neste mundo / Tudo neste mundo é enigma e problema.
  - b) Infelizmente as metas não foram atingidas / As metas infelizmente não foram atingidas.
  - c) O maior desafio atualmente é a sustentabilidade / Atualmente o maior desafio é a sustentabilidade.
  - d) Só ele viu o carro ao longe / Ele só viu o carro ao longe.
  - e) No século 19, os trabalhadores decidiram combater o progresso tecnológico / Os trabalhadores decidiram, no século 19, combater o progresso tecnológico.
- 18.** Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação. Assinale a opção em que o adjetivo sublinhado é classificado como adjetivo de estado.
- a) As leis ruins são a pior espécie de tirania.
  - b) O rapaz era muito simpático com todos os vizinhos.
  - c) Os homens são tomados pela ambição e pelo desejo de glória eterna.
  - d) Ela ficou triste ao saber da notícia.
  - e) Os partidos políticos no Brasil existem desde o século XIX.
- 19.** Assinale a opção que apresenta a frase em que os dois termos sublinhados não são antônimos.
- a) O dia estava claro, mas a noite ficou escura.
  - b) Se alguém começa algo com certeza, terminará com dúvidas.
  - c) A palavra é dom de todos; a sabedoria cabe a poucos.
  - d) Os ignorantes julgam a interioridade a partir da exterioridade.
  - e) Ele mostrou ser corajoso, embora todos acreditassem que fosse medroso.

**20.** Todas as frases abaixo mostram a estrutura de uma definição, mas a única que corresponde, de fato, a uma definição, é:

- a) Determinação é ter a paixão em fazer produtos cada vez melhores.
- b) A renda fixa é o melhor investimento para o futuro.
- c) Amor é um sentimento profundo que une duas pessoas.
- d) Um lar sem um cachorro não é um lar.
- e) Contenção é quando a raiva empata com a educação

### **RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

*Eduardo Mocellin*

**21.** Maria Cecília e Antônio são casados, e os dois trabalham. Mensalmente, eles ganham juntos R\$ 6.150,00. Se apenas Antônio receber um aumento de 10%, a renda dos dois passará a ser de R\$ 6.510,00. Nessa situação hipotética, o salário de Maria Cecília, em reais, é:

- a) 2.550,00
- b) 2.928,00
- c) 3.120,00
- d) 3.381,00
- e) 3.600,00

**22.** Para entrar em território americano, três brasileiros, três mexicanos e quatro bolivianos devem formar uma única fila, de modo que pessoas de uma mesma nacionalidade estejam sempre juntas. O número de maneiras distintas de se formar essa fila é:

- a) 108
- b) 864
- c) 2.520
- d) 5.184
- e) 8.640

**23.** Uma grandeza  $x$  é inversamente proporcional a  $y + 3$ . Sabe-se que  $y = 4$  quando a grandeza  $x$  é 3. O valor de  $y$  quando  $x = 2$  é:

- a) 5,5
- b) 6,0
- c) 6,5
- d) 7,0
- e) 7,5

**24.** Considere a seguinte afirmação:

"Todo concursado é ansioso e as provas estão cada vez mais difíceis."

Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta é:

- a) Todo concursado não é ansioso e as provas não estão cada vez mais difíceis
- b) Todo concursado não é ansioso ou as provas estão cada vez mais difíceis
- c) Algum concursado é ansioso ou as provas não estão cada vez mais difíceis.
- d) Algum concursado não é ansioso e as provas não estão cada vez mais difíceis.
- e) Algum concursado não é ansioso ou as provas não estão cada vez mais difíceis.

**25.** Um pentágono, um hexágono e um octógono, todos eles regulares, têm lados em centímetros dados por números inteiros. Sabendo-se que os perímetros dessas figuras são iguais, o menor valor possível, em centímetros, para o perímetro dessas figuras é:

- a) 80
- b) 120
- c) 180
- d) 240
- e) 320

26. Jeremias é 25% mais alto do que Adalberto, que, por sua vez, é 40% mais baixo do que Norberto. Sabendo-se que a soma das alturas dos três é 37,6 decímetros, o número inteiro, em decímetros, que mais se aproxima da altura de Adalberto é:

- a) 9
- b) 10
- c) 11
- d) 12
- e) 13

### **NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE**

*André Rocha*

27. Um deputado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais concebeu um projeto de lei estadual que considera como cruéis as práticas do Rodeio e da Vaquejada, objetivando proibi-las em todo o território mineiro. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir:

- a) Embora a Vaquejada seja proibida no território brasileiro, não é considerada uma prática cruel aos animais por expressa previsão em lei federal.
- b) Tanto o Rodeio quanto a Vaquejada constituem práticas vedadas no território brasileiro porque submetem os animais à crueldade.
- c) Tanto o Rodeio quanto a Vaquejada, bem como suas respectivas expressões artísticas e esportivas, são reconhecidas como manifestações culturais integrantes do patrimônio cultural brasileiro e, portanto, não são consideradas práticas cruéis.
- d) Não há lei federal que regule as práticas do Rodeio e da Vaquejada em território nacional, sendo constitucional lei estadual que as proíba.
- e) Embora o STF já tenha declarado a constitucionalidade da prática do Rodeio no Brasil, a Vaquejada é atividade vedada em virtude de descumprimento do preceito constitucional de proteção ao meio ambiente.

28. A Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, exceto:

- a) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- b) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e vedar as atividades de manipulação de material genético.
- c) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- d) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- e) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

**29.** A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída em 2009 pela Lei nº 12.187, oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa, buscando garantir que o desenvolvimento econômico e social contribuam para a proteção do sistema climático global.

Os objetivos alcançados pela PNMC devem se harmonizar com o desenvolvimento sustentável buscando o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. Para viabilizar o alcance destes objetivos, o texto institui algumas diretrizes, como fomento a práticas que efetivamente reduzam as emissões de gases de efeito estufa e o estímulo a adoção de atividades e tecnologias de baixas emissões desses gases, além de padrões sustentáveis de produção e consumo.

Assinale a alternativa correta em relação aos conceitos e definições da PNMC.

- a) Mudança do clima é a mudança no meio físico ou biota que tenha efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos.
- b) Gases de efeito estufa são os constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação infravermelha.
- c) Fonte é a liberação de gases de efeito estufa ou seus precursores na atmosfera numa área específica e num período determinado.
- d) Efeitos adversos da mudança do clima são os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais.
- e) Adaptação são as mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.

**30.** Márcio, Técnico Judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, se depara com a seguinte situação num gabinete do tribunal: pilhas e baterias sendo descartadas em lixo comum, em conjunto com resíduos de escritório, como papel e plásticos.

Muito conhecedor das leis ambientais brasileiras, Márcio informa à sua chefia corretamente que, no Brasil,

- a) Os consumidores são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno de pilhas e baterias ao setor produtivo/empresarial.
- b) Embora as pilhas e baterias sejam materiais sujeitos à logística reversa, o serviço de coleta seletiva tem a função de separação desses materiais antes da destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário, não sendo necessária a segregação na fonte.
- c) Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa de pilhas e baterias devem manter atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.
- d) Assim como pneus, lâmpadas e papel, as pilhas e baterias sujeitam-se à chamada logística reversa, devendo ser devolvidas ao setor empresarial/produtivo após o uso.
- e) É vedado ao titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa, aplicando-se o princípio do poluidor-pagador.

**31.** A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Nesse contexto, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade:

- a) não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- b) não geração, redução, tratamento, reutilização, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- c) não geração, redução, reciclagem, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- d) não geração, reutilização, redução, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- e) não geração, reutilização, reciclagem, redução, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

**32.** André, servidor efetivo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, faz parte da unidade de sustentabilidade do tribunal, a qual tem a função de assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento da Resolução CNJ nº 400/2021.

É correto afirmar que a unidade de sustentabilidade

- a) Deve ser subordinada diretamente à Presidência, à Secretaria-Geral ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.
- b) Deve ser composta por ao menos três servidores nos tribunais com 5.000 servidores do quadro de pessoal.

c) Tem competência para deliberar sobre os indicadores e metas do Plano de Logística Sustentável (PLS).

d) Propõe a revisão do Plano de Logística Sustentável (PLS).

e) Deve elaborar o relatório de desempenho anual do Plano de Logística Sustentável (PLS).

### **NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE**

*Géssica Ehle*

**33.** João, por se sentir violado em determinada situação, decidiu constituir advogado para entrar com uma ação contra sua amiga Fernanda, que foi prontamente citada, tornando-se parte do processo e podendo contestar tal acusação. Contudo, Fernanda se deparou, ao acessar a tramitação processual, com uma decisão intempestiva do Juiz, alegando ser questão de ordem pública e interesse coletivo. Nesse caso, considerando os direitos e garantias fundamentais,

- a) Fernanda poderá alegar que o juiz feriu o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, por proferir uma sentença previamente à sua defesa.
- b) por se tratar de matéria de ordem pública, o juiz poderá proferir uma sentença previamente, visando o bem comum.
- c) ainda que por questão de ordem pública, Fernanda deveria ser avisada previamente sobre a sentença, para que possa, mesmo depois, exercer seu direito de defesa.
- d) João não é legitimado para adentrar com uma ação cujo objeto atinja a coletividade.
- e) Fernanda poderá entrar com um recurso, ainda que a decisão tenha sido legítima.

**34.** Dois policiais que dividem apartamento começaram a analisar condutas suspeitas por parte do seu vizinho que diariamente recebia em sua residência a visita de pessoas diversas que sequer adentravam o apartamento, apenas havendo uma troca de objetos e olhares. Por não ter câmeras no hall do andar e utilizando das impressões sobre as aparências dos visitantes e a estranheza que caracteriza as visitas os policiais decidiram adentrar ao local alegando o flagrante delito. Nesse caso a conduta pode ser considerada

- a) Ilícita, já que os policiais não podem adentrar em hipótese alguma em um domicílio sem que haja a devida ordem judicial.
- b) lícita, pois considera-se nessa situação a existência do flagrante delito presumido, já que os policiais utilizaram das suas experiências para atuar.
- c) ilícita, pois os policiais só poderiam atuar se estivessem diante de um flagrante delito no momento em que estivesse trabalhando.
- d) ilícita, pois a atuação dos policiais não configura um flagrante delito, ainda que haja indícios de atuação ilegal alegado por eles.
- e) ilícita, pois o domicílio só poderá ser adentrado durante o dia, em caso de flagrante delito.

**35.** Luciano, brasileiro, 26 anos, cometeu um crime passível de condenação e prisão na Espanha, durante o julgamento Luciano retornou para o Brasil, posteriormente, a justiça espanhola, após decidir sobre a condenação do réu, solicitou ao Ministério da Justiça brasileiro que a condenação fosse reconhecida pela Justiça brasileira e que a pena fosse cumprida no Brasil. Dessa forma, o pedido foi encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça para que fosse julgado, assim, decidiu o STJ a luz dos preceitos fundamentais:

- a) Luciano só poderá ser condenado na Espanha, já que o crime ocorreu lá.
- b) Luciano poderá ser extraditado se o crime cometido possui natureza de crime comum.

- c) O Brasil poderá extraditar Luciano tendo em vista sua condenação em outro país.
- d) Luciano só será preso no Brasil se houver uma nova condenação.
- e) O Brasil poderá homologar sentença espanhola sem prejuízo aos preceitos fundamentais, não sendo permitida a extradição de Luciano.

**36.** Submarino alemão afundou o barco pesqueiro Changri-lá matando dez pescadores em julho de 1943, durante a II Guerra Mundial, em mar territorial brasileiro, nas proximidades de Cabo Frio (RJ). Em 2001, o Tribunal Marítimo reconheceu, oficialmente, que a causa do naufrágio fora o torpedeamento da embarcação pelo submarino U-199 alemão, levando os netos e as viúvas dos netos de um dos pescadores a ajuizar, em 2006, a ação em face da República Federal da Alemanha para que os indenize pelas mortes. Sobre o exposto, julgue os itens a seguir a partir do que decidiu o Supremo Tribunal Federal.

- I. O Estado brasileiro, nas suas relações internacionais, de acordo com o artigo 4º, inciso II, da Constituição Federal, será regido pelo princípio da prevalência dos direitos humanos, o qual dispõe que, a partir da Constituição de 1988, os atos de gestão praticados por Estado estrangeiro passaram a ser passíveis de questionamento na Justiça brasileira.
- II. O julgamento do caso resultou no entendimento de que houve legítimo ato de império decorrente do exercício do direito à soberania estatal legitimada pelos tempos de guerra.
- III. Diante da violação aos direitos humanos praticada por Estado estrangeiro, dentro do território nacional, há que se mitigar a imunidade de jurisdição.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) Nenhuma das assertivas

**37.** Certo professor de Direitos Humanos afirmou, em aula, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos era totalmente infensa à tortura. Um aluno, no entanto, insurgiu-se contra essa assertiva sob o argumento de que a Declaração reconhecia que toda pessoa humana está imersa no agregado social, logo, o interesse individual nem sempre sobrepujava o coletivo, o que justificaria a prática da tortura em situações específicas, como os casos de guerra declarada.

À luz dos termos da referida Declaração, é correto afirmar que

- a) o conceito de pessoa humana decorre do reconhecimento do indivíduo em sociedade, logo, o aluno está certo
- b) excepcionalmente a tortura será admitida, sobretudo diante de crimes de gravidade extrema, ou que ameacem a soberania do Estado
- c) a tortura do ser humano nega sua própria condição humana, logo, o professor está certo
- d) o professor está certo, a tortura não pode ser admitida quando inexistir indícios de autoria e prova da materialidade
- e) a declaração não é um tratado, pois veio editada sob a forma de uma simples Resolução (217-A), de modo que suas disposições são meros conselhos aos estados partes, e, além disso, não prevê proscrição da tortura.

**38.** Ao findar do ano de 1948, diante do cenário de atrocidades que permearam a Segunda Guerra Mundial, restou editada a Resolução 217-A, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Tal Declaração assumiu importante papel pacificador, alastrando a ideia de que era preciso que se identificasse elementos comuns à pessoa humana, que os Estados soberanos concordassem em garantir um mínimo a todas as pessoas para que pudessem manter uma vida em dignidade. Nesse sentido, quanto aos dispositivos da DUDH, assinale a alternativa correta.

- a) Prevê que todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança privada
- b) Define que ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, exceto em tempos de guerra declarada
- c) Ainda que se trate de uma Declaração de Direitos, assegura que o indivíduo terá deveres para com a comunidade
- d) Ninguém pode ser preso, detido ou exilado
- e) É instrumento de notória importância para os direitos de terceira geração uma vez que os reconhece extensivamente

**39.** Sobre o Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos), é incorreto afirmar que não autoriza a suspensão dos direitos

- a) de personalidade
- b) à vida
- c) de circulação
- d) políticos
- e) ao nome

40. Segundo a política de cotas, que garante a reserva de vagas em concursos públicos, pessoas com deficiência terão direito de concorrerem em vagas próprias, o que demonstra a preocupação do Estado em promover ações afirmativas em benefícios de populações vulneráveis.

A partir do atual entendimento jurisprudencial e das normas mais recentes sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

I. Segundo a Súmula 552 do STJ, posicionamento atual e preponderante, o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.

II. Tanto para aqueles que têm perda auditiva unilateral total, quanto para as pessoas que possuem visão monocular, aplicar-se-ão todas as normas de promoção da inclusão de pessoas com deficiência.

III. Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Todas as assertivas
- e) Nenhuma das assertivas

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

*Herbert Almeida*

41. A Secretaria de Saúde do Estado Gama publicou um edital de contratação de profissionais de saúde para atuar em uma nova unidade hospitalar. Após a conclusão do processo seletivo, foi identificado que houve erro quanto às formalidades do procedimento. Diante dessa situação, a equipe jurídica da Secretaria de Saúde avaliou que o erro não afetou a validade do processo seletivo, pois todos os demais requisitos legais foram cumpridos, e decidiu propor a convalidação do ato administrativo para corrigir o vício de forma.

Acerca da convalidação dos atos administrativos, assinale a opção correta:

- a) a convalidação sempre será possível, ainda que cause prejuízo a terceiros, mas desde que o interesse público seja preservado.
- b) os atos administrativos que contenham vício em relação ao sujeito serão passíveis de convalidação, ainda que se trate de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- c) quando a forma for essencial para a prática de determinado ato, a convalidação será possível, desde que não prejudique terceiros.
- d) a convalidação atinge os elementos discricionários do ato, razão pela qual não é possível convalidar um ato vinculado.
- e) a convalidação mantém os efeitos produzidos pelo ato, regularizando-o desde a sua produção, em decorrência de seus efeitos retroativos.

**42.** João é servidor federal estável e pretende se inscrever em programa de pós-graduação stricto sensu, cuja carga horária é incompatível com o concomitante exercício de seu cargo público. Nessa situação, com base no que dispõe a Lei nº 8.112/1990:

- a) o servidor ficará impossibilitado de participar do referido programa, podendo se candidatar a outro curso que possua carga horária compatível.
- b) a Administração fica vinculada ao deferimento do pedido, caso o servidor comprove o impedimento de conciliar a realização do curso com o exercício de suas funções.
- c) João pode participar do programa, mantendo a sua remuneração apenas se exercer simultaneamente seu cargo durante o período do curso.
- d) para participar de programas de doutorado, João deverá comprovar que exerce suas funções no órgão ou entidade por no mínimo dois anos.
- e) se concedido o afastamento, João poderá se afastar de seu cargo, mantendo a sua remuneração, e, após seu retorno, deverá permanecer no exercício das suas funções públicas pelo mesmo período em que tiver ficado afastado.

**43.** Considere que José, servidor federal do Tribunal Regional Federal da Yª Região, praticou ato ilícito no exercício de suas funções. Ficou comprovado o nexo causal entre sua conduta e os danos materiais e morais causados à Maria, e foi descartada a ocorrência das causas excludentes de responsabilidade civil. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que Maria deve ingressar com ação indenizatória em face de (o, a):

- a) José, agente que causou diretamente o dano, com base em sua responsabilidade objetiva, sendo desnecessária a comprovação de dolo ou culpa em sua conduta.
- b) União, fundamentado na teoria da dupla garantia e da responsabilidade objetiva, não havendo necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente.
- c) União, incidindo a responsabilidade civil subjetiva, em que não há necessidade de se comprovar dolo ou culpa do agente.
- d) Tribunal Regional Federal da Yª Região, com base na responsabilidade civil objetiva, não havendo qualquer hipótese de responsabilização da União por atos ilícitos cometidos por seus agentes.
- e) Tribunal Regional Federal da Yª Região, com base na teoria do risco integral, sendo necessária a comprovação apenas de culpa por parte do agente, para que o ente possa ser responsabilizado.

44. Considere que determinado prefeito municipal, visando a beneficiar um membro de sua família, facilita a locação de imóvel por preço superior ao de mercado. Como resultado, o erário municipal sofreu prejuízo significativo devido ao valor da locação. Não houve comprovação de que o prefeito percebeu vantagem patrimonial para adotar a conduta. Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa correta, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021) e da jurisprudência dos tribunais superiores:

- a) por se tratar de agente político, o prefeito não poderá responder por ato de improbidade, caso também seja responsabilizado por crime de responsabilidade, em razão da vedação constitucional ao *bis in idem*.
- b) o prefeito estará sujeito à multa civil equivalente ao valor do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por até 12 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por prazo não superior a 12 anos.
- c) a ação de improbidade contra o Prefeito municipal deverá se iniciar no Tribunal de Justiça, em razão do foro por prerrogativa de função dessa autoridade.
- d) ainda que não seja agente público, o membro da família do Prefeito, beneficiado pela conduta, poderá responder em ação de improbidade, independentemente de ter induzido ou concorrido para a prática do ato, bastando a demonstração da obtenção da vantagem ilícita.
- e) se houver pedido de indisponibilidade dos bens, os réus responderão de forma solidária, admitindo-se o bloqueio do débito total em relação a cada um dos envolvidos no ato de improbidade.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

45. Johannes, senador, reuniu-se com mais 25 colegas para assinar uma Proposta de Emenda à Constituição que visa a instituir o direito social de acesso à internet banda larga em todo o território nacional.

A proposição foi apresentada durante situação de calamidade pública, quando uma epidemia de grandes proporções assolava todo o território nacional.

Posta em votação, a proposta foi aprovada em turno único, por unanimidade, durante reunião conjunta das Casas do Congresso Nacional, sendo, no mesmo dia, sancionada pelo Presidente da República.

Em relação a essa tramitação, pode-se afirmar que houve vício em relação:

- a) à iniciativa, aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva
- b) à iniciativa, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- c) aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- d) à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- e) à iniciativa, aos limites circunstanciais e à forma de aprovação, apenas

**46.** John, prefeito municipal, teve suas contas de gestão objeto de parecer contrário do Tribunal de Contas do Estado Beta. Diante desse quadro, a assessoria jurídica de John o alertou de que:

- a) esse parecer prévio será objeto de apreciação pela Câmara Municipal, que somente poderá contrariá-lo por 2/3 dos seus membros.
- b) essa decisão é definitiva, estando John inelegível
- c) essa decisão tornar-se-á definitiva, se não for apreciada em até 60 dias pela Câmara Municipal
- d) esse parecer prévio será objeto de apreciação pela Câmara Municipal, que poderá rejeitá-lo por maioria simples
- e) essa decisão é definitiva, não estando John, porém, inelegível

**47.** Considere que Mary é governadora do Estado Beta; Maricota é Presidente da República; Marie é Procuradora-Geral da República; e Maria é prefeita.

Nesse contexto, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que tais autoridades serão processadas e julgadas, nas infrações penais comuns, pelos seguintes tribunais, respectivamente:

- a) STJ, STF, STJ e TJ
- b) TJ, STF, STF e TRF
- c) TJ, STF, STF e TJ
- d) STJ, STF, STJ e TRF
- e) STJ, STF, STF e TJ

**48.** Sinforosa é desembargadora do TRF6 e foi acusada por setores da sociedade de negar prioridade na sustentação oral a uma advogada grávida, violando, assim, a legislação que rege a matéria. Inconformada com a atuação da desembargadora, a advogada resolveu apresentar uma reclamação disciplinar contra ela no Conselho Nacional de Justiça, sendo informada, corretamente, que:

- a) o CNJ possui competência para receber e conhecer da reclamação
- b) a competência exclusiva para apreciação do tema é da Corregedoria do TRF6
- c) os desembargadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos
- d) o CNJ possui competência para receber e conhecer da reclamação, desde que comprovada a inação da corregedoria do TRF6
- e) a competência exclusiva para apreciação da matéria é do STJ.

**ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA***Lílian Novakoski*

49. Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sendo prevista, entre outras situações, a preferência na restituição do imposto de renda.
- b) As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.
- c) Fica assegurado à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível, quando solicitar.
- d) Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas, poderá ser deferida dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade.
- e) Nos teatros e cinemas deve ser garantido espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, não podendo ser cobrada taxa extra no valor do ingresso.

50. A Lei Brasileira de Inclusão prevê que produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social refere-se a:

- a) Acessibilidade

- b) Barreiras
- c) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica
- d) Desenho Universal
- e) Mobiliário Urbano

51. Joana, deficiente auditiva, não consegue acessar informações no site do seu banco, por falta de acessibilidade. Maria, deficiente física, usa cadeiras de roda e não consegue acessar um supermercado, pois falta elevador e rampas de acesso. Tais situações hipotéticas tratam de, respectivamente, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, barreiras:

- a) Atitudinais e Arquitetônicas
- b) Tecnológicas e Urbanística
- c) Comunicação e Informação e Arquitetônicas
- d) Tecnológicas e Atitudinais
- e) Comunicação e Informação e Urbanística

**DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR***Paulo Sousa*

52. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Contudo, cessará, para os menores, a incapacidade, exceto:

- a) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, após homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) pelo casamento.
- c) pelo exercício de emprego público efetivo.
- d) pela colação de grau em curso de ensino superior.
- e) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

**53.** São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- c) os menores de 16 (dezesseis) anos.
- d) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- e) os pródigos.

**54.** Com relação ao adimplemento das obrigações, é correto afirmar:

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, sub-roga-se nos direitos do credor.
- b) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- c) Se se der em pagamento coisa fungível, não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, salvo se o solvente não tivesse o direito de aliená-la.
- d) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é inválido.
- e) Não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que em benefício dele efetivamente reverteu.

**55.** Não é considerada uma prática abusiva por parte de fornecedores de produtos ou serviços:

- a) enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;
- b) exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;
- c) recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;
- d) repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;
- e) estipular prazo para cumprimento de sua obrigação para além de 10 (dez) dias.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

**56.** Acerca dos juizados especiais cíveis estaduais, assinale a alternativa correta, considerando a Lei nº 9.099/95 e a jurisprudência dos tribunais superiores:

- a) O processamento da ação perante o Juizado Especial Estadual é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum.
- b) A contestação, que será escrita, conterá toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz.
- c) No momento da defesa, o réu poderá formular pedido contraposto, ainda que não fundado nos mesmos fatos.
- d) O recurso da sentença será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição oral ou escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- e) Nos juizados especiais, a conciliação não poderá ser conduzida pelo Juiz togado, apenas por juiz leigo ou conciliador.

**57.** Patrícia ingressou com uma ação contra Antônio. Na petição inicial havia o pedido de gratuidade da justiça, que foi deferido pelo Juiz. Antônio, que conhece o padrão de vida de Patrícia, sabe que ela não se encaixa nas hipóteses de concessão do benefício. Sendo assim, o réu poderá impugnar:

- a) Na contestação, na réplica ou nas contrarrazões de recurso, não podendo ser manejado por meio de petição simples.
- b) Apenas na contestação, sob pena de preclusão.
- c) Na contestação e na réplica, podendo ainda ser manejado por meio de petição simples, com suspensão do processo.
- d) Na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, nos casos de pedido superveniente ou formulado por terceiro, por meio de petição simples, nos autos do próprio processo, sem suspensão de seu curso.
- e) Apenas por petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 dias, sem suspensão do processo, sob pena de preclusão.

**58.** Amélia, residente de São Paulo, tomou conhecimento que Joaquim, residente de Franca-SP, estava ocupando irregularmente um imóvel de sua propriedade em Ribeirão Preto-SP. Visando extinguir essa situação, Amélia entra com uma ação reivindicatória contra Joaquim, ajuizando a demanda na comarca de Franca. Sobre a situação:

- a) Tratando-se sobre direito real, Amélia poderia escolher entre o local de domicílio do réu ou o lugar da coisa.
- b) Caso houvesse foro de eleição em São Paulo, seria possível Amélia ajuizar a demanda ali, em decorrência do princípio da vontade das partes.
- c) Não havendo arguição sobre a competência na contestação de Joaquim, haverá a prorrogação da competência.
- d) Amélia poderia optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de situação da coisa.
- e) O juiz deverá declarar a incompetência de ofício.

**59.** Raiane, credora, descobre que Aline, devedora, pretende vender o único bem em seu nome, um carro, a fim de conseguir dinheiro para mudar de país. Por essa razão, decide entrar com uma tutela cautelar antecedente para resguardar o direito de satisfazer o seu crédito. Diante dessa situação:

- a) Concedida a tutela, essa torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
- b) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- c) A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes
- d) Devido à urgência da demanda, as partes não estão sujeitas a audiência de conciliação ou de mediação.
- e) A eficácia da tutela concedida em caráter antecedente será cessada apenas caso o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito

**NOÇÕES DE DIREITO PENAL***Renan Araújo*

**60.** Jhonatan e David foram denunciados pelo MPF em razão do roubo a um caminhão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, praticado com emprego de arma de fogo de uso restrito. No curso do processo, o motorista da EBCT foi ouvido, tendo afirmado que sentiu muito medo por sua vida, ante a arma apontada para sua cabeça. Jhonatan confessou o crime, tal como narrado pela acusação, mas alegou que a arma utilizada no crime era um simulacro de arma de fogo, e não uma arma real. Todavia, a arma não foi apresentada em Juízo para ser periciada. David permaneceu em silêncio.

Nesse caso, é correto afirmar que Jhonatan e David deverão ser condenados pelo crime de:

- a) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito e pelo concurso de agentes, devendo o Juiz aplicar ambas as majorantes, aplicando-se a atenuante da confissão espontânea em relação a Jhonatan.
- b) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito e pelo concurso de agentes, devendo o Juiz aplicar ambas as majorantes, sem aplicação da atenuante da confissão espontânea.
- c) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito e pelo concurso de agentes, podendo o Juiz aplicar somente uma das majorantes, necessariamente a que mais aumente, aplicando-se a atenuante da confissão espontânea em relação a Jhonatan.
- d) roubo majorado pelo concurso de agentes, apenas, aplicando-se a atenuante da confissão espontânea em relação a Jhonatan.
- e) roubo majorado pelo concurso de agentes, apenas, sem aplicação da atenuante da confissão espontânea.

**61.** Gustavo subtraiu um veículo automotor que se encontrava estacionado na via pública. Para subtrair o veículo, Gustavo quebrou o vidro do carro e ingressou no veículo, fugindo com o automóvel após realizar uma “ligação direta”. O fato ocorreu por volta das 2h da madrugada. O dono do veículo, que estava acordado, ouviu o barulho e correu para a janela, oportunidade na qual se deu conta de que o carro havia sido subtraído, tendo acionado a polícia. Duas horas depois, Gustavo já se encontrava em outra cidade, a 80km do local do furto, quando recebeu ordem de parada dada por agentes da Polícia Rodoviária Federal, que realizavam blitz de rotina para prevenção e repressão de crimes. Temendo ser preso em flagrante, Gustavo não obedeceu a ordem de parada dada pelos policiais.

Nesse caso, é correto afirmar que Gustavo praticou:

- a) furto simples, majorado pelo repouso noturno, e desobediência.
- b) furto simples, majorado pelo repouso noturno, apenas.
- c) furto qualificado, majorado pelo repouso noturno, apenas.
- d) furto qualificado, majorado pelo repouso noturno, e desobediência.
- e) furto qualificado, sem a majorante relativa ao repouso noturno, e desobediência.

**62.** Thomas, servidor do TRF1, recebeu de Fabiano a seguinte proposta: R\$ 2.000,00 em dinheiro para retardar indevidamente a juntada de determinada petição aos autos, de forma a beneficiar a defesa de Fabiano. Thomas aceita a promessa e efetivamente retarda a juntada da petição. Porém, Fabiano não realiza o pagamento prometido.

Nesse caso, é correto afirmar que Thomas e Fabiano praticaram, respectivamente, os crimes de:

- a) corrupção passiva consumada, majorada em um terço, e corrupção ativa consumada, majorada em um terço.
- b) corrupção passiva consumada, sem majoração, e corrupção ativa tentada, sem majoração
- c) corrupção passiva consumada, com majoração, e corrupção ativa consumada, sem majoração
- d) corrupção passiva consumada para ambos
- e) corrupção passiva tentada para ambos

**63.** Thales, primário e de bons antecedentes, foi abordado por Policiais Rodoviários Federais na barreira de fiscalização localizada logo após a ponte da amizade, na fronteira com o Paraguai. Na oportunidade, os agentes policiais encontraram 800 maços de cigarro que haviam sido trazidos por Thales do Paraguai, sem que o condutor tivesse autorização legal para a importação.

Nesse caso, a conduta de Thales configura:

- a) Contrabando, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- b) Contrabando, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- c) Descaminho, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- d) Descaminho, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- e) Mero ilícito administrativo, sem repercussão na esfera criminal.

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL

*Antônio Pequeno*

**64.** Um servidor público foi condenado pela prática do crime de tortura, nesse caso terá como efeito da condenação:

- a) A suspensão do cargo.
- b) A interdição por oito anos subsequente ao cumprimento da pena.
- c) A prestação de serviço à comunidade.
- d) A perda do cargo no caso de reincidência específica no crime de tortura.
- e) A perda do cargo e ficará interditado pelo dobro do prazo da pena aplicada.

**65.** Um servidor público, reincidente, foi condenado novamente pelo crime de abuso de autoridade, conforme a Lei nº 13869/2019 é correto afirmar que ele poderá ter como efeito da condenação:

- a) A suspensão do exercício do cargo pelo período de um a seis meses, com perda de vencimentos e vantagens.
- b) A prestação de serviços à comunidade
- c) A pena de reclusão
- d) Poderá ter como efeito da condenação, dentre outros, a perda do cargo, caso o magistrado venha declarar de forma motivada na sentença.
- e) Poderá ter como efeito da condenação, dentre outros, a inabilitação pelo período de dois anos a cinco anos.

**66.** De acordo com a Lei nº 7210/1984, são características do Regime Disciplinar diferenciado, exceto:

- a) Duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.
- b) Recolhimento em cela individual;
- c) visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas.
- d) Direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso;
- e) Participação em audiências judiciais somente por videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Priscila Silveira*

**67.** De acordo com o Código de Processo Penal, a lei processual penal aplicar-se-á

- a) sempre que uma norma prevista na Parte Geral do Código Penal for desrespeitada.
- b) apenas quando houver sentença condenatória transitada em julgado.
- c) imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) de forma subsidiária, portanto se a lei material (lei de direito penal) falhar.
- e) retroativamente quando, de qualquer modo, favorecer o agente, aplicando-se inclusive aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

**68.** De acordo com o inquérito policial, assinale a assertiva correta.

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado nos casos de urgência.
- b) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da vítima.
- c) O inquérito policial é indispensável, devendo acompanhar a denúncia ou queixa.
- d) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- e) No relatório não poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.

**69.** No que se refere aos sujeitos do processo, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- a) tiver funcionado seu cônjuge como auxiliar da justiça.
- b) tiver aconselhado qualquer das partes.
- c) for administrador de sociedade interessada no processo.
- d) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- e) for devedor de qualquer das partes.

**70.** A respeito das disposições acerca de citações e intimações previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O dia designado para funcionário público comparecer em juízo, como acusado, será notificado assim a ele como ao chefe de sua repartição.
- b) O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.
- c) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 10 dias.
- d) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa.
- e) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

*Fábio Dutra*

**71.** O hipotético fiscal tributário José lavrou um auto de infração contra uma empresa fabricante de produtos industrializados por não recolhimento de um determinado tributo federal. No entanto, ao ser cientificada, a empresa notou que o auto de infração não continha a assinatura de José e a indicação de seu cargo. A empresa autuada, diante da ausência dessa informação, impugnou tempestivamente o auto de infração alegando nulidade do ato.

Diante dessa situação, de acordo com o Decreto 70.235/1972, o auto de infração é:

- a) Válido, pois a ausência da assinatura não gera nulidade.
- b) Válido, pois apenas a descrição do fato é essencial.
- c) Nulo, pois a ausência da assinatura e da indicação de cargo do autuante o invalida.
- d) Nulo, apenas se a empresa conseguir provar que houve prejuízo.
- e) Válido, desde que a descrição do fato e a qualificação do autuado estejam corretas.

**72.** Sobre os dispositivos do Código Tributário Nacional que tratam de dívida ativa, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- ( ) A certidão de dívida ativa deve conter a indicação do livro e da folha da inscrição.
  - ( ) A nulidade da inscrição da dívida ativa não pode ser sanada.
  - ( ) A dívida ativa tributária é aquela proveniente de crédito regularmente inscrito após o esgotamento do prazo fixado para pagamento.
- a) V, F, F
  - b) F, F, V
  - c) V, V, F
  - d) F, V, V
  - e) V, F, V

**73.** Considerando as regras de Obrigação Tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- b) O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- c) A autoridade administrativa pode desconsiderar atos ou negócios jurídicos que dissimulem a ocorrência do fato gerador do tributo.
- d) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando a validade jurídica dos atos efetivamente praticados.
- e) Os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados desde o momento de seu implemento, se a condição for suspensiva.

**74.** Considerando as regras de Competência Tributária previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A competência tributária pode ser delegada a qualquer pessoa jurídica de direito privado.
- b) O não exercício da competência tributária defere a competência a outra pessoa jurídica de direito público.
- c) A atribuição de funções de arrecadar e fiscalizar tributos pode ser feita a pessoas de direito privado.
- d) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos.
- e) A atribuição de competência legislativa tributária não pode ser revogada por ato unilateral.

**75.** Considerando as regras previstas na Lei 6830/1980 sobre a ordem de penhora ou arresto de bens, assinale a alternativa correta:

- a) A penhora de imóveis deve ser realizada antes de títulos da dívida pública.
- b) A penhora de direitos e ações deve ser realizada antes de veículos.
- c) A penhora de navios e aeronaves deve preceder a de imóveis.
- d) A penhora de móveis ou semoventes deve preceder a de veículos.
- e) A penhora de dinheiro deve ser realizada prioritariamente sobre qualquer outro bem.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

*Adriana Menezes*

**76.** Em relação aos benefícios por incapacidade do regime geral de previdência social (RGPS) e ao benefício assistencial de prestação continuada BPC-LOAS, assinale a opção correta.

- a) A aposentadoria por incapacidade permanente deverá ser concedida automaticamente se o segurado estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária por mais de 02 anos ininterruptos.
- b) Para a concessão do auxílio por incapacidade temporária decorrente de doença especificada em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, de acordo com os critérios de mutilação, o segurado deverá cumprir a carência mínima de 12 contribuições.
- c) O valor da aposentadoria por incapacidade permanente do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
- d) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício assistencial de prestação continuada – BPC-LOAS.
- e) Para fins de concessão do benefício de prestação continuada previsto na LOAS para a pessoa idosa e para a pessoa com deficiência, considera-se família aquela composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais, os irmãos solteiros e os filhos, ainda que eles não vivam sob o mesmo teto.

**77.** Em relação à pensão por morte do segurado do RGPS concedida aos dependentes, quando não há dependente habilitado inválido, com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, pode-se afirmar que

- a) será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito o servidor se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- b) as cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).
- c) o dependente do segurado do RGPS perde o direito à pensão por morte se condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso ou culposo, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.
- d) será devida ao conjunto de dependentes do segurado que falecer, a conta da data do óbito, quando requerida em até 30 dias após o óbito.
- e) não poderá ser acumulada com aposentadoria.

**78.** No tocante às normas relativas à previdência complementar, assinale a afirmativa correta.

- a) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social (RGPS), será obrigatório para os que tem rendimento superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- b) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias e fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, exceto na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição poderá exceder a do segurado.
- c) O regime de previdência complementar dos servidores públicos que são amparados por regime próprio de previdência deverá ser instituído pelo ente federado por meio de lei complementar.
- d) Os planos de benefícios de previdência complementar instituídos pelos entes federativos para seus servidores poderão ser oferecidos nas modalidades de benefício definido ou de contribuição definida.
- e) Os servidores que ingressarem no serviço público após a vigência do regime de previdência complementar deverão fazer a adesão ao regime de previdência complementar e terão seus benefícios de aposentadoria e pensão por morte limitados ao valor máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

**79.** No Brasil, os regimes públicos de previdência são o regime geral de previdência social (RGPS) e os regimes próprios de previdência dos servidores públicos. Quanto às normas dos regimes próprios de previdência social, assinale a assertiva correta.

- a) Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime próprio de previdência social tornou-se obrigatória por todos os entes federativos.
- b) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo.
- c) Os regimes próprios de previdência social têm caráter contributivo obrigatório e solidário, sendo financiados com recursos provenientes do ente público que o instituiu e das contribuições do servidor ativo, excepcionando os servidores aposentados e os pensionistas.
- d) Servidor público federal titular de cargo efetivo vinculado ao regime próprio de previdência social da União poderá se filiar ao regime geral de previdência social na condição de segurado facultativo para fins de obter mais uma aposentadoria.
- e) O empregado público federal está amparado pelo regime próprio de previdência social dos servidores federais.

**80.** Maria, servidora efetiva do Tribunal Regional Federal da 1ª Região está afastada do trabalho em licença-maternidade por ter adotado uma criança de 03 anos. Não recebe seus vencimentos desde então, alegando o órgão responsável pelo pagamento dos servidores que o regime próprio de previdência dos servidores federais é o responsável por custear e pagar a remuneração do servidor em caso de licença-maternidade.

Diante da situação hipotética, assinale a assertiva correta.

- a) Está correta a decisão do órgão de pessoal. Quando a servidora efetiva estiver em gozo de licença-maternidade, deverá receber salário-maternidade diretamente do regime próprio de previdência social dos servidores da União.
- b) Está correta a decisão do órgão de pessoal. Quando a servidora efetiva estiver em gozo de licença-maternidade, deverá receber salário-maternidade diretamente do regime próprio de previdência social dos servidores da União equivalente a 60% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/União.
- c) Em caso de licença-maternidade da servidora cabe à União arcar com o pagamento do benefício equivalente a 60% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/União.
- d) Está incorreto o entendimento do órgão pagador da União, cabendo ao próprio Tribunal/União arcar com o pagamento da servidora em caso de licença-maternidade.
- e) Está incorreto o entendimento do órgão pagador, cabendo ao próprio Tribunal/União arcar com o pagamento da servidora em caso de licença-maternidade. O benefício corresponderá a 91% da média das remunerações que serviram de base de cálculo para as contribuições ao RPPS/União.

## Discursiva

O problema do modelo econômico tradicional é o fato de não considerar o meio ambiente, baseando-se apenas em ganhos com a produtividade e ignorando que nenhuma atividade econômica será viável se a natureza fornecedora dos recursos materiais e energéticos estiver comprometida. Contudo, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo, tendo de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e da própria vida, afinal a vida é o maior de todos os valores.

De fato, a única porta de saída para a crise ambiental é a economia, que deve ser rediscutida e redesenhada no intuito de levar em consideração o meio ambiente e suas complexas relações. Apesar de uma ou outra análise pontual, o fato é que por muito tempo a economia ignorou a ecologia, como se esta não fosse o pano de fundo daquela. Um bom exemplo disso é o Produto Interno Bruto (PIB), que, além de ignorar a dimensão ambiental, pode considerar a degradação como algo positivo.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O mesmo ocorre com a Lei 6.938/81, que dispõe no inciso I do artigo 4º que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

É um reconhecimento de que não se pode tratar a problemática econômica sem lidar com a questão ambiental, pois, se o Estado tem a obrigação de promover o desenvolvimento, esse desenvolvimento tem a obrigação de ser ecologicamente correto.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/08/25/desenvolvimento-economico-x-crise-ambiental-a-superacao-da-dicotomia-entrevista-com-sergio-besserman-vianna/>. Acesso em 14 de julho de 2021.

Considerando o caráter meramente motivador do fragmento de texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda ao seguinte questionamento: **é possível aliar crescimento econômico e preservação ambiental?**

*A redação deverá ser redigida em gênero dissertativo-argumentativo, com número mínimo de 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) linhas.*

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---